



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA REUNIÃO DE COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA REALIZADA PRESENCIALMENTE NO DIA QUATRO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM (04-10-2021).

Aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, segunda-feira, às quatorze horas e quinze minutos, realizou-se a reunião da Comissão Permanente de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo (Presidente: Mauricio Borges; Vice-presidente: Ricardo Miranda; Secretário: Edson Agostinho) presencilmente. **Participaram da reunião:** os Vereadores Mauricio Borges, Ricardo Miranda. Registraram Presença: Sra. Arlinda Coelho, Secretária de Administração; Sra. Carlene Almeida, Secretária de Educação; Sr. Cesar Augusto Machado, Advogado Secretaria de Educação; Sra. Gissele Quirino, Secretaria de Educação; Sra. Sisley Santana, Auxiliar de Educação; Sra. Kersiane, Monitor Ensino Especial; Sra. Viviane Faustino, Inspetora de Alunos; Sra. Marilene Alves, Inspetora de Aluno e o Sr. Darcy, Professor e Representante do Sindicato SINDSERV. **ABERTURA:** o Presidente Mauricio Borges deu início aos trabalhos cumprimentando os participantes da reunião e agradeceu a presença dos participantes, disse que estávamos reunidos para discutirem a proposta de redução de jornada de trabalho de trinta horas, com seis horas diárias de trabalho, para os servidores Municipais das Escolas de Mariana, onde estes são monitores, alunos, diretoras, auxiliares de serviços gerais e monitores de creches, o que já havia dado início em outra oportunidade em uma reunião na Câmara Municipal, e agora estavam na Secretaria de Educação para que a posposta fosse apresentada para a Secretaria de Administração e Secretaria de Educação e também junto com os servidores presentes mais a Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo. Com a palavra, o vereador Ricardo Miranda disse que gostaria de entender melhor a proposta. Com a palavra, o professor Darcy esclareceu que o sindicato não foi com uma proposta fechada, mas com ideias para viabilizar as trinta horas e seis horas dos profissionais, em cima de quatro categorias específicas da Educação, inspetor de alunos, serventes gerais, serviços gerais e monitor (creche e ensino especial), disse que o objetivo era em cima dessas quatro categorias diretamente ligadas, e apresentar algumas propostas para que possam viabilizar essas quatro categorias terem a sua carga horaria de seis horas semanais, disse que essa luta vem desde dois mil quinze, já houve um projeto piloto que atendeu as creches mais as serventes em geral, parte dos inspetores, disse que a única crítica que tinha até o momento com relação a essa implementação foi que ocorreu por um diretor da Escola do Cabanas que se posicionou ao contrário, esclareceu que já houve na



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

prática e efetivamente as seis horas em cima das categorias que foram pontuadas, exceto monitores especiais de ensino, e as outras categorias já ocorreram na prática as seis horas, uma das questões que foram levantadas era de que a Secretaria de Educação havia alegado que não tinha conhecimento desse projeto piloto, disse que a proposta permanece nos mesmos moldes do que já ocorreu em dois mil e dezenove, sobre os modos experimentais disse que teriam três modos, o primeiro seria em cinco unidades do Município, e caberia a Secretaria de Educação que tem a relação de todos os servidores, mais a Comissão formada que escolheriam cinco unidades entre escolas e creches, e fariam o projeto piloto para implementar as seis horas, e escolher as unidades que tenham um quantitativo e que faça uma divisão desse grupo, disse que basicamente seria isso “ideias”, disse que não houve formalização de um documento e precisava de relatórios para que fossem avaliados, disse que a proposta quando implementada em qualquer unidade criaria uma Comissão coordenada pela Secretaria de Educação e acompanhada pela Administração, Câmara Município, Sindicato e Servidores. Com a palavra, a Secretária de Educação Carlene esclareceu que é uma pessoa da educação de escola, e está na Secretaria de Educação provisoriamente, e é a favor da redução de carga horária de qualquer servidor e quem está na escola sabe que a carga horária realmente é árdua, e em momento algum é contra essa ação, e se disponibilizou, mas tecnicamente teria que fazer algo que iria funcionar na escola, disse que não podem fazer uma redução de carga horária para trabalharem duas horas a menos, mas fazerem o trabalho como se fosse uma carga horária de oito horas, explicou que não dá para reduzir a carga horária, para colocarem os servidores com uma demanda de oito horas, e devido a isso ocorrerem vários problemas de saúde, pediu cuidado com isso, esclareceu que reduzir a carga horária do servidor é reduzir a carga horária de trabalho dele também, e o maior envolvido nessas ações serão os alunos, pediu para que todas as tratativas fossem enviadas através de PRO (processo), porque assim será cadastrado como documento e teria um registro mais todas as movimentações, e quando se faz um ofício que fosse em nominal “Ofício a Senhora Carlene de Almeida”, disse que não encontrou esse documento/ofício com nominal, a tratativa teria que vir dentro do PRO, e sim para que todo o processo seja tramitado, sobre a proposta disse que teve alguns pontos que ficou preocupada, quando for fazer uma redução de horário em etapas acredita tecnicamente que não precisaria passar por tantas etapas, ou faz ou não faz, ou o Município estuda a possibilidade ou não estuda, explicou que quando coloca cinco unidades foram levantados critérios que é uma demanda de todos os servidores, são trinta e uma escolas quando escolhe cinco para fazerem um teste piloto, estariam beneficiando aquele período ali somente e cinco unidades, e as outras não estariam sendo beneficiadas naquele momento, disse que acha complicado para o Município



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

gerenciar isso, e quando o sindicato coloca o critério de Legalidade, todas as escolas tem Legalidade, caso contrário não funcionariam, no critério de concordância entre servidores da chefia do setor acredita que todos os servidores que chagarem nas trinta três unidades vão falar que concordavam, e se forem escolher quem concorda não vão conseguir definir isso como um critério, questionou sobre quem não quer que reduza a carga horaria, disse que não irão conseguir nas cinco escolas definirem somente por esses dois critérios, sobre o terceiro critério, de quadro de funcionais a flexibilidade da jornada de trabalho para trinta horas, esclareceu que não dentro das unidades nenhuma escola que tem flexibilidade, seria no caso na escola que tem bastante funcionários para fazerem esse teste, mas não tem, o quadro da Educação hoje tem um déficit muito grande de servidores nas escolas, disse que esses critérios são muito constantes e ficaria difícil de mensurar em cinco unidades, e acredita que teria que ser em todas as unidades. Ato contínuo, o Presidente Mauricio disse que sobre a importância do PRO para que se abra o processo e para que possa estar passando em todas as Secretarias, mais a responsabilidade dessa resposta, observou que o senhor Darcy pontuou que não era para iniciar agora e seria uma experiência a ser realizada, disse que entende que quando o outro servidor ficar sabendo vai achar que estaria sendo injustiçado, questionou se não haveria uma estratégia para tentar reduzir as cinco unidades escolares e tentarem pelo menos fazer a experiência como já foi feita anteriormente, seria uma oportunidade para que possa ter um registro depois, e se teve ou não jeito de fazer, disse que quando se fala que tem jeito de fazer ou não tem que ter experiência e não dá a oportunidade de pelo menos tentar, se fossem esperara a pandemia passar podiam esquecer, e a proposta inicial seria de pelos menos tentar, porque se não irão ficar sempre nesse embate de reunir e discutir e não vão chegar em um real senso comum. Em resposta, a Secretaria de Educação Carlene esclareceu que dentro da proposta conta que o teste seria após a pandemia. Em Seguida, o senhor Darcy disse que o projeto piloto só poderá funcionar dentro da normalidade e quantitativos de alunos de servidores, de funcionários, ou seja, não daria para fazer um projeto piloto "capenga". Com a palavra, a Secretária de Administração Alinda esclareceu que cada Secretaria tem suas atribuições competências, acredita que se ficassem discutindo documentos que não foram autorizados estariam perdendo tempo, pontuou que concordava quando a Secretaria Carlene quando disse que o Município teria que ter esses documentos, mas o sindicato também teria que ter, e não era o momento em focar nesse experimento passado que não houve registros, que foi uma demanda antiga, e sobre a questão de cinco unidades operacionalmente seria mais tranquilo mesmo, talvez essas cinco não possa refletir a necessidade das outras vinte e seis, pediu que fosse pensado das duas formas para que não fosse criado expectativas, porque fez experimento com

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

cinco mas de repente encontre problema nas outras vinte e seis que não deixaria implementar, e quando se fala em redução de carga horaria teria que ter maneiras de reduzir essa carga horaria, porque se não só estaria embutindo mais duas horas que e o servidor teria que se virar, e não seria esse o intuito o de sobrecarregar ninguém, disse que teriam que pensar sobre uma forma dentro dessas unidades escolares, e não necessariamente essas cinco, porque estariam deixando de analisar uma situação que lá na frente estaria sendo um impeditivo de implementação, e já que a proposta seria de quando as aulas voltarem teriam que falar sobre as escolas com a capacidade total, e verificar a realidade com relação a funcionários por demanda, e não estavam falando em estenderem isso para outras Secretarias, mas teriam que pensar dentro da escola, e hoje o Município não estava aumentando o horário de atendimento e sim diminuindo, e nesse processo seria uma questão meramente operacional de gestão, e só iria chegar na Procuradoria Jurídica quando falarem que deu certo e para mudar a Lei, porque a carga horaria estava instituída por Lei, e se for alterada também terá que ser por Lei. Ato continuo, o Presidente Mauricio questionou porque foi feito somente um mês de experiência. Em resposta, a auxiliar de serviços Sisley esclareceu que foi esse o ponto colocado pela Aline para fazerem nesse período, que na verdade foi feita uma negociação feita com ela, e foi o jeito que acharam para fazerem o teste, foi feito no início do ano, em fevereiro e por ser um mês menor não teriam tantos prejuízos, e percebeu que na escola Monsenhor Jose Cota que é uma escola muito grande, e teria uma demanda muito grande e sabe que lá não é muito fácil de trabalhar, e colocando essa parte de fazerem oitos horas em seis, percebeu que o trabalho mais pesado que fez, era quando os alunos não estão na escola, justificou que durante o tempo em que estão na sala de aula é dado uma manutenção, mas a limpeza pesada é mais na hora em que o aluno não está, então essa divisão foi feita na maior parte das serventes no período da manhã, tarde e noite que tem aulas do EJA (Educação de Jovens e Adultos), e nesses intervalos foi feito de seis horas a meio dia, uma outra turma de meio dia as dezoito horas, e outra turma de quinze as vinte e uma horas, então o serviço foi dividido na parte que trabalhava mais, disse que teve uma outra equipe que foi de meio dia as dezoito horas, que davam esse apoio porque era a hora que estavam pegando mais pesado, e não ficava pesado porque a maior parte dos funcionários ficavam auxiliando, e ao seu ver, ficou bem mais fácil porque o tempo em que ia ficar parado na escola esperando a evacuação do prédio para poder limpar, estavam descansando ou chagavam um pouco mais tarde, e realmente chegavam mais dispostas e não tinha tanta perda de energia esperando a hora de realmente fazer o serviço de limpeza, disse que esse foi o ponto que pode perceber nesse um mês, sugeriu ter um período maior para ver se realmente essa implementação irá funcionar. Com a oportunidade, o professor Darcy disse que se estava faltando

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

servidores, e caberia a Secretaria sobre essa contratação, pontuou ter a APA trabalhando, e também os programas sociais, e dentro da logística o Município ou a Secretaria que iria determinar a falta ou excesso desses servidores. Em resposta, a Secretaria de Educação Carlene esclareceu que quando se faz o levantamento técnico de funcionários pensando em uma carga horaria de oito horas teria "x" funcionários, e quando se faz uma contratação de servidores pensando em uma carga horaria de seis hora teria "x y" de funcionários para atender e isso já era outra demanda, disse que concorda que teriam que reivindicar mas da melhor forma possível, para que tudo aconteça com tranquilidade para que depois não tenha que ficar concertando e passando apertos. Com a palavra, a monitora especial Kesiane esclareceu sobre o quadro de defasagem usando o exemplo das meninas da limpeza na Escola Monsenhor Jose Cota, elas já trabalham oito horas e se for olhar sobre a sobrecarga essas estariam com uma sobrecarga de doze horas, porque existe lá pessoas que já falecerem e não foram colocadas outras no lugar, mais as pessoas que aposentaram e não foram colocadas outras no lugar, e se for falar de sobrecarga já estaria acontecendo antes de passar para seis horas a um bom tempo. Em resposta, a Secretaria de Educação Carlene esclareceu que realmente existe um déficit que precisa ser corrigido, e as vezes o Município está corrigindo esse déficit com pessoal da produção inclusiva, com duas pessoas do programa Renda Mínima. Com a palavra, a inspetora de alunos Marilene disse que com a questão da terceirização da APA, e está sendo utilizada, disse que fez parte do processo de experimentação como os demais na Escola Monsenhor Jose Cota, e entendeu também que o atendimento ao público não pode ser precarizado, mas entendeu também que existe uma vantagem do Município na questão da otimização, um terceiro ponto na questão da ideia do projeto piloto, foi uma questão que foi colocada pela Comissão, e teve que fazer as modificações e mais melhoramentos, disse que é um experimento e não entendeu até que ponto isso se coloca como uma abrangência muito extensa, sendo que o processo seria passo a passo, e estava bem claro quando leu que seria um experimento que poderia ser aprimorado e ampliado. Em resposta, a Secretaria de educação Carlene disse que o que não tinha ficado claro foi que precisaria estabelecer os critérios para escolherem as cinco unidades, se seria o Sindicato que iria finalizar, porque o critério que foi colocado para a Secretaria usar seria subjetivo, e todas têm, e não conseguiria classificar. Com a palavra, a inspetora de alunos Viviane disse que a seu ver o que fez a experiência dar certo tanto das auxiliares quanto das inspetoras de alunos, foi essa parceria com a APA, com os Jovens Aprendiz mais as terceirizadas, e sem eles seria inviável. Ato continuo, o Presidente Mauricio disse que sobre essa discussão e as ideias que estavam sendo discutidas, o ponto principal que gostaria de falar e de saber, que se defina em uma experiência,



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

porque as vezes quando se conversa assim parece que já estavam sancionando a Lei, e não estavam batendo o martelo ali, na realidade seria uma experiência para poder concluir o projeto no futuro, e se falarem sobre experiência por tempo determinado por três meses, ou por seis meses, e podendo também caso haja algo que prejudique o serviço teria uma suspensão, disse que pensa que o direito de fazer essa experiência será uma oportunidade para os servidores e isso não seria difícil, porque pode ver pela discussão que parecia que já iria implementar essas seis horas e não vai implementar, e sim fazer esse histórico que é um estudo, disse que se começar a dar problema o diretor da escola vai falar, caso não dê certo, e aí com as situações do dia-a-dia para ver, se vai dar certo ou não para depois fazerem os levantamentos, disse que o sindicato pode até falar que dá certo, mas os vereadores e os demais não tem como garantirem. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais nada a tratar, em nome de Deus e do povo Marianense, o Presidente Mauricio Borges encerrou a reunião às quinze horas e quarenta e três minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**